

**DECRETO Nº 2.742, DE 19 DE AGOSTO DE 2025.**

Institui o Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua no Município, e adota outras providências.

O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso das atribuições que lhe confere o art. 71, inciso III, da [Lei Orgânica do Município](#),

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** É instituído o Comitê Intersectorial para o Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua no Município, de caráter consultivo, propositivo e deliberativo, com a participação de órgãos e entidades da Administração Pública Municipal e de segmentos da sociedade civil organizada.

**Art. 2º** Compete ao Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua:

I - elaborar Plano de Ação para a População em Situação de Rua e participar da elaboração do Plano Municipal da Política para População em Situação de Rua;

II - acompanhar e monitorar a realização da Política Municipal para a População em Situação de Rua;

III - realizar levantamentos periódicos sobre a População em Situação de Rua, suas necessidades e demandas, na abrangência do Município;

IV - definir diretrizes para o atendimento da População em Situação de Rua pelas diferentes políticas municipais;

V - receber e encaminhar denúncias de violações de direitos da população em situação de rua, encaminhando-as aos órgãos competentes para as providências cabíveis, e acompanhar os procedimentos administrativos adotados;

VI - exercer o controle social das políticas voltadas à População em Situação de Rua;

VII - propor medidas que assegurem a articulação intersectorial dos programas e políticas voltados à população em situação de rua;

VIII - apresentar formas e mecanismos para a divulgação do Plano Municipal para a População em Situação de Rua;

IX - organizar, periodicamente, encontros e seminários para avaliar e executar ações à consolidação do Plano Municipal para a População em Situação de Rua;

X - promover a integração de serviços e recursos disponíveis para atendimento as pessoas em situação de rua;

XI - assegurar o acesso amplo, simplificado e seguro da população em situação de rua aos serviços e programas que integrem as políticas públicas de saúde, educação, previdência, assistência social, moradia, segurança, cultura, esporte e lazer, trabalho e renda;

XII - garantir a contagem periódica e oficial da população em situação de rua;

XIII - desenvolver campanhas de conscientização e combate ao preconceito social relacionado à situação de rua;

XIV - garantir a participação ativa das pessoas em situação de rua nas decisões e ações do Comitê;

~~XV - elaborar e apresentar, anualmente, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Comitê para a Secretaria Municipal de Ação Social;~~

XV - elaborar e apresentar, anualmente, relatório circunstanciado de todas as atividades desenvolvidas pelo Comitê para a Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher; [\*\(Redação dada pelo Decreto nº 2.842, de 13 de janeiro de 2026.\)\*](#)

XVI - deliberar sobre a condução de seus trabalhos, bem como elaborar e aprovar o seu regimento interno.

**Art. 3º** O Comitê Intersetorial será composto por representantes do Poder Executivo Municipal e da sociedade civil organizada que tenham atribuições relacionadas direta ou indiretamente com a matéria, de modo a contemplar a intersetorialidade, com a seguinte composição:

I - do Poder Executivo Municipal:

~~a) Secretaria Municipal de Ação Social;~~

a) Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher; [\*\(Redação dada pelo Decreto nº 2.842, de 13 de janeiro de 2026.\)\*](#)

b) Secretaria Municipal de Saúde;

c) Secretaria Municipal de Educação;

~~d) Secretaria Municipal de Habitação;~~

d) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Habitação; [\*\(Redação dada pelo Decreto n° 2.842, de 13 de janeiro de 2026.\)\*](#)

e) Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Empreendedorismo;

~~f) Secretaria Municipal de Planejamento Urbano;~~

f) Secretaria Municipal de Mobilidade, Planejamento e Desenvolvimento Urbano; [\*\(Redação dada pelo Decreto n° 2.842, de 13 de janeiro de 2026.\)\*](#)

g) Guarda Metropolitana de Palmas;

h) Secretaria Municipal Extraordinária de Igualdade Racial e Direitos Humanos;

~~i) Fundação Municipal da Juventude de Palmas;~~

i) Secretaria Municipal de Turismo, Juventude e Esportes; [\*\(Redação dada pelo Decreto n° 2.842, de 13 de janeiro de 2026.\)\*](#)

~~j) Fundação Municipal de Esportes e Lazer de Palmas;~~ [\*\(Revogado pelo Decreto n° 2.842, de 13 de janeiro de 2026.\)\*](#)

~~k) Fundação Cultural de Palmas;~~ [\*\(Revogado pelo Decreto n° 2.842, de 13 de janeiro de 2026.\)\*](#)

II - Conselho Municipal dos Direitos Humanos e Equidade;

III - Conselho Municipal da Assistência Social;

IV - representantes da sociedade civil organizada, envolvidos com a temática da proteção e defesa dos direitos das pessoas em situação de rua, limitados à quantidade dos representantes do Poder Executivo Municipal.

§ 1º Poderão participar do Comitê como convidados, representantes dos seguintes órgãos:

I - Ministério Público do Estado do Tocantins;

II - Defensoria Pública do Estado do Tocantins;

III - Poder Judiciário do Estado do Tocantins;

IV - Poder Legislativo do Estado do Tocantins;

V - Polícia Militar do Estado do Tocantins;

VI - outros que o Comitê entender necessário.

§ 2º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua, titulares e suplentes, serão indicados pelos dirigentes máximos dos órgãos e entidades a que pertencem, e designados por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua, terão mandato de 2 (dois) anos, permitida a recondução por igual período.

§ 4º Os membros do Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento da População em Situação de Rua não farão jus a qualquer remuneração, por serem suas funções consideradas de relevante interesse público.

~~§ 5º A coordenação do Comitê caberá inicialmente à Secretaria Municipal de Ação Social por intermédio da Superintendência de Proteção Social Especial, pelo período de 1 (um) ano, findo o qual a continuidade caberá à deliberação do Colegiado.~~

§ 5º A coordenação do Comitê caberá inicialmente à Secretaria Municipal de Ação Social e da Mulher, por intermédio da Superintendência de Proteção Social Especial, pelo período de 1 (um) ano, findo o qual a continuidade caberá à deliberação do Colegiado. [\*\(Redação dada pelo Decreto nº 2.842, de 13 de janeiro de 2026.\)\*](#)

§ 6º O Comitê se reunirá mensalmente ou em caráter extraordinário, sempre que necessário, e suas deliberações serão tomadas por maioria simples.

**Art. 4º** O Comitê poderá constituir grupos de trabalho e câmeras técnicas para subsidiar suas atividades, composto por profissionais e especialistas em áreas afins.

**Art. 5º** O Comitê deverá apresentar relatórios de suas atividades e resultados, bem como prestar contas de sua atuação aos órgãos competentes e à sociedade civil organizada.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data da publicação.

Palmas, 19 de agosto de 2025.

**JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS**  
Prefeito de Palmas

Casa Civil



**Rolf Costa Vidal**  
Secretário-Chefe da Casa Civil do  
Município de Palmas

**Polyanna Marques Teixeira**  
Secretária Municipal de Ação Social

Este texto não substitui o publicado no [Domp nº 3.777 de 19/8/2025](#)